

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Ana Claudia Alcaide

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais
São Carlos - SP

Vanderlene Moura Silva

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais

Rita de Cássia Arruda Fajardo

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais
São Carlos - SP

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo apresentar uma reflexão sobre como os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), enquanto propriedade coletiva, exercem sua função social, segundo o princípio da função social da propriedade, presente na Constituição Federal do Brasil de 1988, que condiciona a legitimidade das atividades empresariais. Para consecução da pesquisa foram apresentadas as principais características desses empreendimentos, no tocante às suas relações internas e externas, relacionadas ao preceito estudado. Para isso, foi realizado estudo utilizando livros, artigos, documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis, além

de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Como resultado, observou-se que os EES cumprem claramente a sua funcionalidade social, em sua dimensão interna, promovendo, por exemplo, relações baseadas na cooperação e autogestão, e, também oferecendo uma alternativa de trabalho e renda aos excluídos do mercado de trabalho. A cumprem também em sua dimensão externa, promovendo relações de respeito com o meio ambiente, consumidores e concorrência.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendimentos Econômicos Solidários. Economia Solidária. Função Social.

ABSTRACT: The present work aims to bring up a reflection on how Solidary Economic Enterprises (Empreendimentos Econômicos Solidários - EES), while collective property, exercise their social function, according to the principle of social function of property, present in the 1988's Federal Constitution of Brazil, that set the legitimacy of business activities. For the research's success were presented the main characteristics of these undertakings, as regards their internal and external relations, related to the studied precept. For that, the study of available books, articles, documents and academic works was done, besides the data of the Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). As result, was observed that the EES clearly fulfill

their social function, in its internal dimension, promoting, for example, cooperation and self-management based relations, as well as offering an alternative of job and income to the excluded from the job market. They also fulfill their external dimension, promoting respectful relations with the environment, consumers and competitors.

KEYWORDS: Solidary Economic Enterprises, Solidary Economy.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Ferraz (2007), as desigualdades sociais, a degradação ambiental e o desemprego são marcas da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que a grande concorrência, o individualismo e a busca pelo lucro marcam as relações sociais e econômicas do sistema capitalista atual.

Hoje, no entanto, o princípio da função social, exaustivamente assinalado na Constituição Federal de 1988, como por exemplo, no Art. 5º, inciso XXIII e Art. 170, inciso III, apresenta a ideia de que organizações produtivas (empresas), embora sejam propriedade privada, possuem o dever de promover benefício também à sociedade, com o intuito de reequilibrar as relações sociais desiguais e assim legitimar suas atividades.

Diante disto, as organizações, de um modo geral, têm buscado adaptar-se a um novo papel social. Observa-se o surgimento de novos modelos de organização, mais adequados às novas demandas, para além das relações empresariais tradicionais. Nesse mesmo contexto, na década de 1990, passou a ser difundido o termo Economia Solidária (ES), quando despontaram no Brasil inúmeras atividades econômicas organizadas com base nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Ocorre que nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a propriedade dos meios de produção é coletiva. Sendo assim, mostra-se inerente ao próprio conceito de ES o exercício de uma funcionalidade em prol da sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho teve o objetivo de responder ao seguinte problema: como os Empreendimentos Econômicos Solidários, enquanto propriedade coletiva, exercem sua função social?

1.1 Metodologia

A presente pesquisa possui natureza aplicada ao contexto brasileiro, envolvendo interesses locais (SILVA; MENEZES, 2005). Com relação aos seus objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfica e documental. Sua abordagem é qualitativa.

Para sua realização, foram utilizados livros, artigos, documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis na internet e em bibliotecas, relacionados aos temas Função Social Empresarial e Economia Solidária, buscando caracterizar o princípio constitucional estudado, bem como os Empreendimentos Econômicos Solidários,

possibilitando a compreensão do problema. Também foram consultados dados do Sistema de Informações em Economia Solidária.

2 | A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA E OS EES

Dentre os princípios essenciais para o exercício das atividades empresariais, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, encontra-se o da função social da propriedade (LUZ, 2015).

A Carta Magna brasileira garante a posse da propriedade privada (inciso II, do Art.170.). Para que o proprietário usufrua dos benefícios que esta venha a lhe proporcionar, ela deve cumprir a sua função social (inciso III, do Art. 170), com o propósito de assegurar a todos existência digna (BRASIL, 1988).

Conforme explica Luz (2015), a discussão sobre a atual delimitação da doutrina da função social, passou a ser baseada em uma nova categorização de bens, passando estes a serem analisados de acordo com sua destinação, sejam bens próprios para consumo ou bens de produção.

Assim, quando os bens são para consumo de seus titulares, deverão ser vistos como objetos de propriedade particular e não empregáveis na capitalização de riquezas. Já no que se refere aos bens de produção, que podem ser vistos como fontes de riquezas, à luz da doutrina da função social, o emprego desses bens deve agregar valores e gerar benefícios em prol da sociedade, além do intento de gerar lucros aos seus proprietários (LUZ, 2015).

Dessa forma, por meio do princípio da função social, foram atribuídas às empresas responsabilidades e obrigações perante a sociedade, e não somente junto aos proprietários e acionistas como outrora, para que suas atividades sejam legitimadas. Assim, a doutrina da função social trouxe a relação entre direitos e deveres. O titular do direito à propriedade privada, aplicado também à propriedade da empresa, deve não somente se abster de atitudes negativas, como também proporcionar benefícios de uma forma mais ampla, por meio de suas atividades.

Então, pode-se dizer que cumprir uma função social é atingir uma finalidade útil para a coletividade, e não apenas para as pessoas diretamente envolvidas. Ela determina uma limitação interna, no sentido de que legítimo será o interesse individual quando realizar o direito social, e, não apenas quando não o exercer em prejuízo da coletividade (PEREIRA, 2010, p.62-63).

Nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a propriedade dos meios de produção é coletiva. Assim, observando a definição apresentada acima, mostra-se inerente ao próprio conceito de Economia Solidária (ES) o exercício de uma funcionalidade social.

Luz (2015), explica que o exercício da atividade empresarial, no intento de atender à função social, é dividido em áreas de atuação, que o autor analisa observando as

relações com fatores internos e externos à organização.

Relacionados aos fatores internos observa-se, por exemplo, como se dão as relações trabalhistas e se estas contribuem para a dignidade humana e busca do pleno emprego, além da postura do administrador que deve conduzir as atividades empresariais de forma ética, respeitando o direito dos sócios e da coletividade (LUZ, 2015).

Quando se verificam as relações com os fatores externos à atividade desenvolvida pela empresa, a observação volta-se para a promoção da livre concorrência, de forma que não haja abuso de poder econômico; também, é considerado se a conduta empresarial é exercida de boa fé e respeita às máximas de proteção aos consumidores; e por fim, como se dá a relação com o meio ambiente, que em razão de ser comum a toda a humanidade necessita de proteção especial (LUZ, 2015).

Para efeito deste estudo, foram considerados fatores internos de uma organização, questões relacionadas aos administradores e funcionários, e fatores externos as questões referentes ao meio ambiente, consumidores e concorrência.

É necessário observar que, os EES têm uma característica de propriedade coletiva do empreendimento, o que se reflete em suas práticas e ideais como modelo de organização, tanto em dimensões internas como externas, referentes ao exercício do princípio constitucional estudado, conforme proposto por Luz (2015).

Historicamente, a Economia Solidária surgiu em decorrência do capitalismo industrial, no início do século XIX, em que a propagação do uso das máquinas e a crescente industrialização causaram a escassez de trabalho, e com isso o empobrecimento dos artesãos. Nesse contexto social, os trabalhadores se organizaram em pequenos grupos, buscando alternativas de geração de trabalho e renda baseadas em laços solidários, objetivando o desenvolvimento de todos os membros (GONÇALVES; SOBRINHO, 2011).

Assim, a origem histórica da ES se deu por meio do “cooperativismo revolucionário”, relacionado essencialmente com a crítica operária e socialista ao capitalismo (SINGER, 2002).

No Brasil, o termo Economia Solidária foi cunhado apenas na década de 1990, quando despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas com base nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Também foi neste período que os EES ganharam espaço, servindo como instrumento de resposta ao cenário de desemprego e exclusão social presente no país, assumindo em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades autogestionárias (SINGER, 2002).

De acordo com Gaiger (2009), a presença dos empreendimentos solidários tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Essas organizações produtivas adotam arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão, em proporção variável, minimizando, ou mesmo eliminando de seus quadros, as relações assalariadas.

Para melhor compreensão da função social dos EES , são apresentadas a seguir como acontecem as relações concernentes aos aspectos internos e externos relacionados ao preceito supracitado.

2.2 Relações internas: administradores e funcionários

Há duas questões imprescindíveis a serem abordadas em relação aos funcionários e administradores dos Empreendimentos Econômicos Solidários. A primeira questão se refere à forma organizativa destes, que praticam autogestão e, portanto, são formados por sócios-proprietários, eliminando a relação hierárquica administrador-funcionários. A outra, refere-se ao fato de serem uma alternativa para reinserção de desempregados e excluídos sociais à produção econômica.

Como explica Singer (2002), o maior diferencial das empresas solidárias trata da forma democrática com que são administradas. Os EES praticam autogestão, que pode ser definida como a

gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas ideias gerais são: fim do assalariamento; organização do trabalho com base na gestão democrática; eliminação da hierarquia; decisões tomadas por democracia direta. (NÚCLEO DE GESTÃO; BARBIERI; RUFINO, 2007, p. 17)

Para Singer (2002, p.21) “a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” e ainda, “participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”.

Para que a autogestão se realize de fato, é necessário que todos os sócios se informem a respeito do que acontece no empreendimento e das alternativas disponíveis para as ações administrativas. Assim, sua prática exige um esforço adicional dos trabalhadores, pois, além de cumprir as tarefas inerentes a seu trabalho, cada trabalhador deve se preocupar com os problemas gerais da gestão do empreendimento solidário (SINGER, 2002).

Justamente por todos estarem informados do que acontece, possibilita-se a cooperação inteligente entre os sócios, que sabem o que está em jogo, e não veem necessidade de competição para saber quem é o melhor (SINGER, 2002). Dessa forma, o caráter participativo e autogestionário dos empreendimentos é que sustenta o empenho dos trabalhadores, que além do mais são detentores do capital.

Outra questão fundamental nos EES é o oferecimento de uma alternativa de emprego e renda para os desempregados, excluídos sociais ou ameaçados de o serem. Conforme exposto anteriormente, justamente a escassez de trabalho é que propiciou o surgimento das primeiras cooperativas de Economia Solidária. De acordo com Morais (2010), no Brasil, o cenário de desemprego acentuado a partir da década

de 1980, abriu espaço para o ressurgimento das práticas de ES.

Singer (2002), elucida igualmente essa questão, afirmando que grande parte dos trabalhadores busca nos EES um meio de se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Essa afirmação se sustenta com os dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários do Sistema de Informações em Economia Solidária. Dos 19.708 EES registrados, 9.106 deles (46,2% do total), citaram a 'alternativa ao desemprego', como razão pela qual o empreendimento foi criado (SIES, 2013).

Desse modo, observa-se que estas organizações apresentam uma função social clara em benefício de seus membros, que são sócios-proprietários e trabalhadores, substituindo a figura de administradores e funcionários de uma empresa tradicional. Além disso, tratam de uma importante alternativa de trabalho, pautada no interesse compartilhado e na cooperação inteligente, possibilitando o desenvolvimento de todos por igual.

2.3 Relações externas: meio ambiente, consumidores e concorrência

Morais (2010, p. 67) explica que “[...] é possível incorporar, entre as principais características da Economia Solidária, a questão ambiental e a sustentabilidade como partes inerentes de suas propostas e de seu modelo de desenvolvimento”. Por meio da autogestão, cooperação e da relação com a sociedade, seja local, regional ou nacional, é possível fomentar práticas autossustentáveis, que levem adiante a produção de bens e serviços com responsabilidade socioambiental.

Os valores da Economia Solidária podem contribuir também com a reflexão de se repensar o padrão de produção e consumo brasileiro, possibilitando uma mudança na atitude consumista, por meio do comércio justo e solidário. Assim, a relação com os consumidores e com o meio ambiente se entrelaçam na proposta dos EES (MORAIS, 2010). Para Cotera e Ortiz (2009, p. 60) “pode-se definir o comércio justo como a relação de troca econômica e ética entre produtores responsáveis e consumidores éticos, orientados ao desenvolvimento humano integral solidário. Em sua base, está o trabalho por uma economia justa e solidária.”

Deste conceito deriva o comércio justo e solidário, enquanto prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e da solidariedade realizada por Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES/MTE, 2013).

Os EES não devem ser analisados apenas como estratégia de comercialização, mas também como meio para a promoção da produção local permanente e sustentável, para a geração de trabalho, para a mobilização de valores ético-culturais, para estabelecer equidade entre homens e mulheres e entre gerações, bem como para promover desenvolvimento a partir do espaço local. “O poder transformador do comércio justo permite estabelecerem-se outros tipos de relações entre produtores e consumidores, baseados na equidade, na cooperação, na confiança e no interesse

compartilhado” (COTERA; ORTIZ, 2009, p. 63).

Esse desenvolvimento possibilita melhores condições em todos os níveis do processo, “preço justo para os produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos e todas, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente de forma integral” (COTERA; ORTIZ, 2009, p. 60).

A comercialização justa também visa educar os consumidores para um consumo solidário, que não apenas objetiva o próprio bem-estar, mas também o bem coletivo, preocupando-se com o trabalhador que produziu o produto ou serviço, bem como com a preservação ambiental. Trata-se assim, do consumo que dá preferência aos produtos provenientes de empreendimentos solidários em detrimento dos produtos de empresas tradicionais que exploram os trabalhadores e degradam o meio ambiente (MANCE, 2002).

O consumo solidário possibilita que os EES vendam toda a sua produção, o que aumenta as possibilidades de reinvestimento coletivo dos excedentes alcançados na implantação de outros empreendimentos, criando-se assim novos postos de trabalho e possibilitando a produção de novos produtos ainda não comercializados. Isso acaba por assegurar maior variedade e qualidade no oferecimento de bens e serviços aos consumidores, bem como uma maior distribuição de renda devido ao aumento de pessoas no processo produtivo, o que por sua vez propicia um aumento na demanda por produtos finais, preservando-se assim o equilíbrio dos ecossistemas (MANCE, 2002).

Assim, com a integração entre consumidores e produtores de forma colaborativa, por meio da criação de redes de comercialização solidária, apresenta-se uma forma de se produzir e consumir capaz de promover desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e socialmente justo, contrapondo as relações comerciais e a concorrência tradicionais.

Sobre o aspecto concorrencial, Gaiger (1999) explica que as micro e pequenas empresas dividem com os EES as mesmas fatias de mercado, além de apresentarem estruturas produtivas semelhantes, com modesto padrão tecnológico, poucos recursos para sua reconversão, subordinação a empresas maiores e outros agentes econômicos, atuação em pequena escala, etc. No entanto, se diferenciam dos EES por serem negócios por conta própria, com mão de obra assalariada ou de cunho familiar, em condições muitas vezes precárias.

Sendo assim, a forma organizativa é um diferencial competitivo dos empreendimentos solidários. Segundo Gaiger (1999, p. 5), “a cooperação no trabalho, portanto, seria a alavanca que torna os EES superiores ao trabalho artesanal e individualizado dos pequenos produtores autônomos, bem como mais produtivos do que as empresas convencionais de mesmo porte”.

Para além dos benefícios da autogestão, a construção de redes solidárias, compostas por estes empreendimentos, sejam da mesma cadeia produtiva, ou não, representam outra forma de diferencial competitivo no mercado.

Nos EES o trabalho desempenha um papel central, como fator produtivo preponderante. O trabalho solidário estabelece eficiência com efeitos diferenciais em relação às formas de organização produtiva convencionais, garantindo, dessa forma, vantagens, frente aos concorrentes (GAIGER, 1999).

Em síntese, os Empreendimentos de Economia Solidária promovem relações justas, transparentes e duradouras entre produtores e consumidores por meio do comércio justo e solidário. As trocas econômicas baseiam-se na solidariedade com vistas a um desenvolvimento que garanta também a preservação ambiental. Contrapõem-se, assim, às relações comerciais e à concorrência tradicional, possibilitando um desenvolvimento integral.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de desequilíbrios ambientais e gritante desigualdade social, a Constituição Federal do Brasil de 1988 instituiu como um dos princípios básicos para o exercício da atividade econômica a função social da propriedade privada, do qual deriva a função social das empresas, condicionante da legitimidade de suas atividades.

Merece destaque a ponderação de que o exercício da funcionalidade social é intrínseco ao conceito de Economia Solidária. Assim, o presente trabalho apresentou uma reflexão sobre como os EES exercem o preceito constitucional estudado. Para isso, foi utilizada a análise de fatores internos e externos das organizações produtivas, propostos por Luz (2015).

Considerando-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários têm como característica fundamental a propriedade coletiva dos meios de produção e a autogestão do negócio, observou-se que estas organizações apresentam uma função social clara em benefício de seus membros e da sociedade como um todo, ao pautar-se na cooperação e solidariedade como “esteio para sua eficiência e viabilidade” (GAIGER, 2009, p.181). Além disso, representam uma importante alternativa de trabalho e renda e um meio de reinserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou excluídas, no mercado de trabalho.

Também faz parte de sua concepção a preocupação com as questões ambientais e a sustentabilidade. Esses empreendimentos primam pela adoção de práticas autossustentáveis, que levam adiante a produção de bens e serviços com responsabilidade socioambiental.

Os EES buscam a prática da comercialização justa e solidária, promovendo relações transparentes e duradouras entre produtores e consumidores, estimulando o consumo solidário.

Em relação à concorrência, sua forma organizativa e a cooperação entre os membros e demais empreendimentos (redes) tratam de um importante diferencial competitivo no mercado.

A reflexão realizada sobre a relevância social das organizações solidárias permitiu concluir que estas cumprem claramente o princípio estudado.

A presente pesquisa não teve a pretensão de ser conclusiva a respeito do tema, mas apresentar uma reflexão teórica acerca da função social nos EES e, considera-se que este objetivo foi atingido, observando-se que houve uma limitação de tempo para sua consecução. Esta limitação tornou inviável o estudo de como se dão essas relações na prática cotidiana desses empreendimentos. Dessa forma, fica a sugestão para continuidade da pesquisa em futuros trabalhos, por meio de estudos de caso, o que possibilitará resultados práticos a partir da teoria apresentada.

Por fim, observa-se que a literatura a respeito do tema função social da propriedade é, majoritariamente, voltada para a área de direito empresarial. Não foram encontrados estudos relevantes na área de gestão que apresentem uma reflexão de como o princípio supracitado é exercido na prática dos EES, verificando-se a existência de uma lacuna teórica e prática. Nesse sentido, novos estudos poderão contribuir grandemente para uma melhor compreensão de como os Empreendimentos de Economia Solidária exercem a função social da propriedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/ind.asp>. Acesso em: 16 ago. 2016.

COTERA, A.; ORTIZ, H. Comércio justo. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 60- 67.

FERRAZ, A. C. S. L. **A Responsabilidade Social como estratégia empresarial de desenvolvimento**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Mestrado em Direito, Universidade de Marília, Marília. 2007.

GAIGER, L. I. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 181- 187

_____. O trabalho ao centro da economia popular solidária. **Encontro anual da ANPOCS: Caxambú**, v. 23, 1999.

GONÇALVES, T.J.T; SOBRINHO, A. P. de M. Economia Solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

LUZ, P. de A. F. da. **Empresa e função social: aspectos em prol da dignidade humana**. Curitiba: Appris, 2015.

MANCE, E. A. **Consumo Solidário**. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação, 2002.

MORAIS, L. P. Empreendimentos econômicos solidários no meio urbano e a agenda ambiental: possibilidades e entraves no Brasil atual. In: **Mercado de Trabalho**, fev. 2010. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

- NÚCLEO DE GESTÃO; BARBIERI, L; RUFINO, S. A gestão da autogestão nas cooperativas. In: _____ *et al.* **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria, 2007. p. 17-24.
- PEREIRA, H. V. **A função social da empresa**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.
- SENAES/MTE. POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Termo de Referência**: apoio ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário. v. 5. Brasília, 2013.
- SIES- SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em:< <http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 11 set. 2016.
- SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

